

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: O QUE SE TEM PRODUZIDO A RESPEITO?

Barbara Marques¹

RESUMO

Este trabalho é resultado de um levantamento bibliográfico de teses, dissertações, artigos e livros sobre a política pública habitacional brasileira, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O principal objetivo deste levantamento era verificar o que havia de produção científica sobre o programa, no entanto, após um primeiro momento de análise das pesquisas, constatou-se uma abordagem superficial em relação a perspectiva dos sujeitos beneficiários e beneficiárias do PMCMV, mostrando a necessidade de um segundo levantamento, direcionado aos beneficiários e beneficiárias do programa. Sendo assim a proposta deste artigo é apresentar um pouco do que está sendo discutido sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e suas consequências em seus anos de implementação.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Minha Casa Minha Vida, Beneficiários

¹ Graduanda em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília
e-mail: barbara.marciano@gmail.com

Notas metodológicas

As páginas que se seguem são resultado de um levantamento bibliográfico de teses, dissertações, artigos e livros sobre a política pública habitacional brasileira, Programa Minha Casa Minha Vida. O principal objetivo deste levantamento era verificar o que havia de produção científica sobre o programa, no entanto, após um primeiro momento de análise das pesquisas, constatou-se uma abordagem superficial em relação a perspectiva dos sujeitos beneficiários e beneficiárias do PMCMV, mostrando a necessidade de um segundo levantamento, direcionado aos beneficiários e beneficiárias do programa. Sendo assim a proposta deste artigo é apresentar um pouco do que está sendo discutido sobre o Programa Minha Casa Minha vida e suas consequências em seus anos de implementação.

Os buscadores utilizados foram os bancos de trabalhos acadêmicos disponíveis online e o sistema nacional disponibilizado pela CAPES. As palavras-chave pensadas durante o primeiro levantamento da pesquisa se relacionavam ao Programa Minha Casa Minha Vida, Políticas públicas de habitação no Brasil, Caixa Econômica Federal e Financiamento da Habitação. Foram encontrados trabalhos acadêmicos voltados para as diversas “dimensões do urbano” (MOURA, 2013), porém para este trabalho análises econômicas, arquitetônicas e das ciências humanas e sociais foram consideradas.

Os trabalhos pesquisados fazem, primeiramente, uma contextualização de criação do programa, associando sua implantação à crise financeira hipotecária de 2009 (HIRATA, 2009; ROLNIK, 2015; KOOPER, 2016). De acordo com esses autores o programa foi lançado para combater a instabilidade política vigente no Brasil da época, em consequência da crise. Entre as diretrizes básicas do PMCMV encontram-se (i) a redução do déficit habitacional², que de acordo com o ministério das cidades superava cinco milhões de residências em 2008, com 89% do déficit entre famílias que possuem renda até três salários mínimos (ii) dinamização do setor da construção Civil e (iii) geração de emprego e renda.

²”Segundo o Ministério das Cidades (2011), o conceito de déficit habitacional está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de ser habitadas e que devem ser repostas, incluindo ainda a necessidade de incremento do estoque de moradias em função da coabitação familiar forçada (casos em que mais de uma família mora na mesma casa), o adensamento excessivo (quando mais de três pessoas dividem o mesmo quarto) ou ônus excessivo de aluguel (quando uma família compromete mais de 30% de sua renda com aluguel)” (JÚNIOR; DUTRA; LOPES & RODRIGUES, 2014, p. 2)

(BRASIL, 2011; JÚNIOR; DUTRA; LOPES & RODRIGUES, 2014).

Na época de lançamento do programa cerca de 90% do déficit habitacional se concentrava em famílias com rendimentos somados em até três salários mínimos (HIRATA, 2009). Utilizando recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), FAR (Fundo de Arrendamento Residência), OGU (Orçamento Geral da União) e FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), em suas fases 1 (2009- 2011), 2 (2011-2013) e 3 (2016- 2018), o programa ofereceu subsídios a três faixas de renda familiar: Subsídios integrais a famílias cujos rendimentos somados atingem o valor de três salários mínimos (faixa 1); Subsídios parciais aquelas cuja renda mensal fica entre três a dez salários mínimos (faixa 2 e 3), as consideradas “faixas de mercado” (SILVA, 2016).

As pesquisas encontradas propõem uma análise das diretrizes do PMCMV, pensando seus efeitos nos anos de implementação do programa. As áreas de maior concentração dos trabalhos acadêmicos são economia e arquitetura. Em tais trabalhos se busca verificar os resultados do programa na (i) economia do país, por meio de variáveis como o déficit habitacional e a geração de empregos, e seus impactos (ii) na utilização do solo urbano, pensando concomitantemente o acesso à cidade e (iii) a qualidade arquitetônica dos empreendimentos.

Em boa parte dos trabalhos pesquisados defende-se a ideia de que o PMCMV criou um mercado de habitações, aproveitando-se do grande déficit habitacional enfrentado pelo Brasil e a ambição das camadas populares pela casa própria. Esse processo se configuraria como a nova forma de expansão do capital financeiro, que se apropria de um discurso em que o mercado pode não somente regular a alocação de moradia, como fazer a distribuição de recursos de forma mais racional (ROLNIK, 2015). Essa premissa teria levado as políticas públicas de habitação a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público (ROLNIK, 2015), e a investir na construção de casas para fins de mercado.

A construção de casas em massa promovida pelo PMCMV demonstraria uma política habitacional com fins meramente lucrativos, desconsiderando os clientes Beneficiários do programa e manifestando-se como política de mercado, que visa apenas lucro, e na qual os usuários, pagantes, precisam se adaptar ao produto final, a casa (ARAGÃO & HIROTA, 2016). A contradição fundamental do programa para alguns autores/as em relação ao atendimento do direito a

moradia adequada é que o programa amplia o acesso a alguns elementos que compõe esse direito, como por exemplo, saneamento, água e asfalto, mas por outro lado reduz o atendimento a outros, como o acesso ao comércio, serviços e equipamentos urbanos (VICENTIM & KANASHIRO, 2016).

Muito se foi dito nas pesquisas sobre financiamento, exploração, má qualidade das construções e ocupação do solo, negação do direito à cidade, ineficiência do programa em cumprir com suas diretrizes principais (HIRATA, 2009; ROLNIK, 2015; KOOPER, 2016), porém poucos dos trabalhos analisados durante o primeiro levantamento levaram em conta a perspectiva dos beneficiários, fato que fez pensar em como são produzidos os dados das pesquisas acima citadas e onde está expressa a opinião dos mais interessados e verdadeiros donos da dívida, em relação às fragilidades, limitações e consequências do programa apontadas pelos autores das pesquisas.

Na intenção de compreender a percepção dos beneficiários um novo levantamento foi realizado, utilizando os mesmos buscadores do primeiro, porém com foco nos beneficiários. Pouquíssimo foi encontrado utilizando o termo beneficiário, e o que foi encontrado engloba as categorias beneficiário e beneficiária, mostrando que pouco foi escrito sobre a perspectiva das mulheres que são beneficiárias do programa. O que fez questionar se a experiência de aquisição da casa própria é experimentada de maneira diferente por beneficiários e beneficiárias, além disso os trabalhos encontrados que levam em consideração a opinião dos/as beneficiários/as procuram quantificar o seu nível de satisfação em relação a categorias previamente estabelecidas sobre os empreendimentos, não colocando a perspectiva dos usuários sobre os efeitos do programa em suas vidas.

O objetivo deste trabalho é compartilhar uma breve síntese sobre a produção científica a respeito da política habitacional brasileira, Programa Minha Casa Minha Vida. Na intenção de atingir melhor esse objetivo, o artigo será dividido em quatro partes; a primeira diz respeito à estrutura do programa, a segunda busca tratar do PMCMV e o direito a cidade, a terceira aborda o que foi encontrado no segundo levantamento sobre o programa, e a quarta apresenta uma sucinta conclusão.

O Programa Minha Casa Minha Vida

As políticas de habitação no Brasil, ao longo de sua existência, foram

implementadas para atender interesses privados, mais do que o bem estar da população. Ao longo do século XX assistiu-se uma forte articulação entre o Estado e o setor produtivo, o que garantiu a priorização de políticas habitacionais voltadas para o crescimento econômico do que com o direito à moradia até então estruturada através do BNH³ (KLINTOWITZ, 2016, p.2). O contexto de elaboração do PMCMV, anos após a extinção do BNH, não foi diferente, teve em suas origens e diretrizes a preocupação com crescimento econômico, em não deixar o setor produtivo da construção civil entrar em colapso devido à crise vigente da época, ao invés do direito à moradia.

O Programa Minha Casa Minha Vida surgiu como medida de reestruturação do setor produtivo brasileiro diante da crise do *subprime*, hipotecária, ocorrida no ano de 2007. Através do programa o governo viu uma maneira de socorrer o setor produtivo da construção civil e evitar o aprofundamento da crise (KLINTOWITZ, 2016, p.3). As diretrizes de funcionamento do PMCMV foram elaboradas pela casa civil e ministério da fazenda, em diálogo com os setores imobiliários e da construção civil, desconsiderando os avanços discutidos nas agendas de reforma urbana.

Resultado disso foi a elaboração de uma política pública de habitação que não leva em conta as propostas dos movimentos de reforma urbana e ministério das cidades, e tem como principal foco a construção de habitações, ao invés de reestruturar o terreno em solos urbanos. Inicialmente o programa foi pensado para famílias de camadas médias, que possuíssem renda acima de três salários mínimos. No entanto, o ministério das cidades lutou para entrada de famílias de menor renda, criando assim a faixa 1 do programa, que atende famílias com renda até três salários mínimos e o Minha Casa Minha Vida Entidades (KLINTOWITZ, 2016).

Apesar dos grandes subsídios concebidos pelo Governo Federal as faixas de renda mais baixas, fato inédito no país, o programa ainda reproduz as antigas lógicas das políticas habitacionais, em que o atendimento não é distribuído de acordo com as necessidades reais da população a qual a política se direciona, e sim de acordo com os interesses de seus formuladores e implementadores (KLINTOWITZ, 2016). As metas do programa pouco dialogam com o déficit

³ O Banco Nacional de Habitação (BNH) era o principal órgão da política habitacional urbana do país, durante o século XX, sua função prioritariamente era orientar disciplinar e controlar o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para promover a construção e a aquisição da casa própria (MOTTA, 2011).

habitacional acumulado por faixa de renda do país, as análises econômicas demonstraram que apesar da implementação da política o déficit habitacional sofreu uma elevação.

A comparação entre estudos de 2008 e 2013 (referentes aos dados do censo 2010) da fundação João Pinheiro, sinaliza, um aumento: em 2008, o déficit era de cerca de 5,5 milhões de unidades habitacionais; em 2010 subiu para 7 milhões (SILVA, 2016). Visto que a população na qual se concentra o déficit não apresenta garantia de emprego e renda, é possível cogitar uma hipótese para o paradoxal aumento do déficit em concomitância com a ampliação da política.

A proposta do PMCMV mascara os interesses privados na construção e distribuição das habitações. Em boa parte dos trabalhos pesquisados defende-se a ideia de que o PMCMV criou um mercado de habitações: a despeito de não se solucionar o grande déficit habitacional, legitima-se, por meio do programa, a casa própria como instrumento de propaganda para o Estado e para o Capital. Assim teria se constituído uma nova forma de expansão do capital financeiro (ROLNIK, 2015), que se apropria de um discurso de que o mercado pode não somente regular a alocação de terra urbana e moradia, como fazer a distribuição de recursos de forma mais racional. As políticas públicas de habitação não almejavam doravante, como se supõe ter sido o caso em momentos anteriores, ainda que tal afirmação não seja menos controversa, os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público (ROLNIK, 2015).

É nessa medida que segundo Rolnik se dá a colonização dos territórios pelas finanças, tornada manifesta na construção de casas populares em terrenos localizados em áreas periféricas, distantes dos equipamentos públicos, vendidos abaixo do custo de mercado pelas prefeituras ou cedidos às construtoras. As construtoras se beneficiam igualmente da utilização de materiais de baixa qualidade que barateiam os custos das obras, sem que tal economia repercuta no preço das obras, vendidas acima do seu valor real de mercado. Para a autora citada, as políticas públicas de habitação renunciaram ao papel de distribuição de riqueza e passaram a atuar a partir da extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza através do financiamento da moradia, logo “endividamento”, (ROLNIK, 2015), transformando o direito à moradia em um mercado visando a exploração das classes populares (KOOPER, 2016).

A implementação do PMCMV teria no entanto aliviado os efeitos da crise econômica e ajudado a desenvolver os setores da construção civil, que envolvem além dos construtores, as indústrias, os prestadores de serviço e o emprego

demão de obra. Ainda assim, quando comparada a outros setores da economia, a construção civil não foi o que apresentou maior “transbordamento”, a despeito de seus impactos consideráveis na geração de empregos (JÚNIOR; DUTRA; LOPES & RODRIGUES, 2014), embora em relação à geração de empregos, não há garantia sobre a questão salarial e contrato dos trabalhadores, sem levar em conta as condições precárias de serviço dos trabalhadores da construção civil (HIRATA, 2009).

É consenso entre os trabalhos consultados que o “Minha Casa Minha Vida” deixou de ser, talvez para alguns nunca tenha sido, uma política de Estado e transformou-se em “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria”. Teria se tornado, em suma, uma categoria que unifica diversas experiências (AMORE, 2015). O PMCMV seria, nessas interpretações, o apogeu de uma linhagem de políticas públicas que visam a redução da desigualdade social, sem desafiar no entanto a lógica de ocupação diferencial da terra (KOPPER, 2016) e exploração por meio do financiamento.

Direito a cidade: inclusão pelo consumo

O modelo implantado pelo PMCMV dialoga com as lógicas do mercado imobiliário, deixando de lado os ideais de política pública de habitação defendidos pelos ativistas da reforma urbana, e mesmo o ministério das cidades em seus primeiros anos. Exemplo disso é que a definição de onde haverá o maior número de unidades habitacionais é determinada pelas facilidades e perspectivas de maiores ganhos dos produtores privados e não pela existência de necessidades habitacionais e de planejamento (KLINTOWITZ, 2016).

A maior parte da produção habitacional em municípios e metrópoles se dá em regiões periféricas com menor participação na atividade econômica metropolitana (KLINTOWITZ, 2016). Os empreendimentos financiados se localizam majoritariamente em áreas distantes dos centros, constituindo o que se convencionou chamar, na linguagem local, de condomínios fechados (MOURA, 2012), que deveriam seguir o *padrão Caixa* de infraestrutura, internamente e nos arredores dos mesmos. Em que pese a vistoria rigorosa da Caixa Econômica Federal, órgão financiador, as “casinhas da caixa”, como são assim chamados os empreendimentos do PMCMV, as localidades onde se encontram os

empreendimentos enfrentam problemas relacionados à infraestrutura urbana, como por exemplo, transporte e acesso ao comércio.

A ocupação urbana segregada no Brasil tem se dado de forma concêntrica: a partir de zonas onde se concentram os serviços básicos, tanto mais difíceis de acessar quanto mais distante for o local de moradia das pessoas. Ao financiar empreendimentos distantes dos centros e serviços acessados pela maioria da população (como por exemplo, supermercados, escolas, trabalho, transporte público e atendimento a saúde), o Estado que viabiliza tal política reitera a negação do direito a cidade.

A construção de casas em massa promovida pelo PMCMV, demonstraria uma política habitacional com fins lucrativos, sem consideração pelas demandas das pessoas beneficiárias do programa. Em suma, seria a manifestação de uma política de mercado, na qual pagantes precisam se adaptar ao produto (ARAGÃO & HIROTA, 2016). A contradição fundamental do programa na literatura consultada diria respeito ao atendimento do direito a moradia adequada. Se por um lado o programa amplia o acesso a alguns elementos que compõe esse direito, como por exemplo, saneamento, água e asfalto, por outro reduz o atendimento a outros, como o acesso ao comércio, serviços e equipamentos urbanos (VICENTIM & KANASHIRO, 2016).

As propostas do programa promovem a inclusão pelo consumo (ROLNIK, 2015). As pessoas adquirem imóveis em locais que podem até ser distantes dos centros, mas são imóveis que possuem estrutura, ou, no jargão local, o que se chama de "padrão caixa", estando em áreas com saneamento básico. A grande questão é que a população precisa pagar para ter acesso a esses bens, que muitas vezes se constituem somente daquilo que é necessário para uma vida "digna", o mínimo para viver. E o acesso a esses bens se dá por meio de pagamentos em longas prestações e com juros.

O que é avaliado pelos laudos de imóveis da Caixa é o básico, pois além da estrutura física da casa, do saneamento, asfalto e iluminação outras categorias entram em jogo, mobilidade e segurança são algumas delas. Esse quadro complexo implica contradições diversas, pois enquanto o programa promove acesso a alguns bens, que seriam bens de direito da população, ele nega outros, ao fazer vistas grossas para sua inexistência.

Os verdadeiros donos e donas da dívida

A investigação sobre o PMCMV, para este trabalho, começou com um levantamento bibliográfico nos buscadores online de trabalhos acadêmicos sobre o PMCMV, em suma, tentei verificar o que as diferentes áreas da produção científica nos contam sobre o programa. Após a análise do que se foi produzido sobre o programa em diversas áreas, e discutir com a literatura que busca constituir um referencial teórico sobre o que é a política de habitação e identificar como ela se aplica em diferentes regiões, algumas questões surgiram, principalmente no que diz respeito aos sujeitos beneficiários do programa.

Muitas análises foram produzidas sobre as consequências do programa para a economia e para a construção civil, tanto na área da arquitetura como dentro das ciências sociais. No entanto, poucas discutem os efeitos do programa dentro da vida das pessoas que se beneficiam do PMCMV. Quando feitas, tais problematizações apresentam-se de maneira superficial, trazendo no geral dados estatísticos atentos ao “nível de satisfação” do beneficiário. Procurando entender por que os beneficiários quase nunca apareciam nas pesquisas, sendo eles os maiores interessados, outro levantamento foi realizado, utilizando as palavras beneficiários e beneficiárias do PMCMV. Nessa ocasião, muito pouco foi encontrado. E o que foi encontrado utiliza o termo beneficiários como uma categoria que engloba homens e mulheres, o que nos fez questionar se o PMCMV seria experimentado de maneiras diferentes a partir de um recorte de gênero.

As pesquisas quase sempre citavam sobre financiamento, exploração, má qualidade das construções e ocupação do solo, negação do direito à cidade, ineficiência do programa em cumprir com suas diretrizes principais (HIRATA, 2009; ROLNIK, 2015; KOOPER, 2016), porém poucos dos trabalhos analisados durante o primeiro levantamento levaram em conta diretamente a perspectiva dos beneficiários e beneficiárias. O que fez pensar em como são produzidos os dados das pesquisas acima citadas e onde está expressa a opinião dos mais interessados e verdadeiros donos da dívida, em relação às fragilidades, limitações e consequências do programa apontadas pelos autores das pesquisas.

A pesquisa de Vicentin & Kanashiro nos traz informações sobre o perfil dos beneficiários. A análise feita pelas autoras do perfil socioeconômico nos mostra uma população jovem - entre 18 e 40 anos (54,8 %), desprovida de estudos, em que o chefe de família, expressivamente, é do sexo feminino. As autoras entendem que essa marca estatística refletiria a prioridade dada no PMCMV

para mulheres que ocupam posição de chefe de família. Ainda segundo as autoras, esse critério poderia contribuir para que uniões formais fossem evitadas ou não-informadas, visto que, além de perder o privilégio de antecipação na entrega da casa, a presença de um parceiro aumentaria a renda declarada (VICENTIM& KANASHIRO, 2016). Em suma, a pesquisa usa uma base de dados, sem no entanto acreditar na plausibilidade do que ela indica.

A insatisfação, outra variável empregada pelas autoras, mostra que 44,1% dos moradores têm ressalvas em relação à falta de infraestrutura, de equipamentos comunitários e comércios e serviços nos arredores dos empreendimentos (VICENTIM& KANASHIRO, 2016). Em suma, os trabalhos encontrados durante o segundo levantamento que apresentam dados em relação a opinião dos beneficiários procuram quantificar o seu nível de satisfação em relação a categorias previamente estabelecidas sobre os empreendimentos, trata-se de material do tipo survey que lança mão de categorias e variáveis previamente definidas, com fins de comparação.

Conclusão

O levantamento bibliográfico realizado no mostra que a questão da habitação no Brasil pode ser considerada um dos principais problemas sociais urbanos da atualidade. O país até recentemente não havia desenvolvido uma política habitacional que possibilitasse acesso a casa própria aos diferentes extratos da sociedade. O PMCMV surge como primeiro investimento do país em uma política habitacional.

No entanto o programa foi elaborado em total descompasso com a reforma urbana, ao contrário, ele promove o acesso a moradia através da construção de novas habitações com fins meramente lucrativos. O PMCMV é o apogeu das políticas públicas de habitação que se concentram em políticas de mercado, as construtoras fazem de tudo para o “imóvel caber no bolso do cliente” criando diferentes catálogos para as faixas de renda atendidas pelo programa (KOPPER, 2016). O governo oferece crédito, porém não oferece condições das famílias cumprirem com o compromisso do financiamento.

Além da baixa infra-estrutura, difícil localização os empreendimentos ainda contam com qualidade arquitetônica inferior. O programa não visa mudanças significativas na política de habitação, não garante meios para que a população quite os imóveis, promove o acesso a moradia através do consumo, manobrando

a pobreza e criando um ambiente de insegurança, ilusão e dependência na conquista da casa própria (HIRATA, 2009). O programa poderia investir em outras formas além da construção de novas casas, talvez repensar o planejamento urbano das grandes cidades reaproveitando o território e ocupando os espaços e prédios abandonados.

Bibliografia:

AMORE, C.S. **“Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** / org. Caio Santo Amore , Lúcia Zanin Shimbo , Maria Beatriz Cruz Rufino. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

ARAGÃO, D. L. L. J. de; HIROTA, E. H. **Sistematização de requisitos do usuário com o uso da Casa da Qualidade do QFD na etapa de concepção de unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 271-191, out./dez. 2016. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212016000400118>

BORGES, A. **“Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política.”** Relume Dumará, 2003.

GONÇALVES JUNIOR, C. A.; DUTRA, R. de L.; LOPES, R. L.; RODRIGUES, R. L. **O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 177-189, jan./mar. 2014. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído.

HIRATA, Francini. **“Minha casa Minha vida”: política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?.** Aurora ano III número 4, Julho de 2009

KLINTOWITZ, D. **Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?** Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 165-190, abr 2016

KOPPER, M. **“Minha Casa, Minha Vida”: experts, sentidos de classe e a invenção do “mercado” da casa própria no Brasil contemporâneo.** Horiz. antropol. [online]. 2016, vol.22, n.45, pp.185-215.

MOTTA, Luana Dias. [2011] **A questão da habitação no Brasil: Políticas Públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade.**

MOURA, C. P. « **O urbano e suas múltiplas dimensões** », Anuário Antropológico [Online], II | 2013, posto online no dia 01 Fevereiro 2014, consultado no dia 06 Dezembro 2016. URL : <http://aa.revues.org/510> ; DOI : 10.4000/aa.510w
_____. **“Condomínios no Brasil Central. Expansão Urbana e Antropologia”.** Brasília: Letras Livres/ Editora UnB. 2012

NASCIMENTO, D.M. **As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 145-164, abr 2016

RODRIGUES, L.P.D; MOREIRA, V.S. **Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito?** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2016 maio/ago., 8(2), 167-180

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUFINO, M. B. C. **Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 217-236, abr 2016

SILVA, M. C. A. **Entre as estatísticas e a cidade: o cadastramento e a produção da demanda social por apartamentos, no Programa Minha Casa Minha Vida.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 237-256, abr 2016

VICENTIN, T. N.; KANASHIRO, M. **Análise do comércio e dos serviços nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): estudo de caso do Residencial Vista Bela – Londrina, PR.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 227-250, out./dez. 2016